



JOTA Inside – Mercado Financeiro e Jabuticabas

Publicado 3 de Novembro, 2015



Crédito Divulgação

Por Bruno Balduccini

Sócio do Pinheiro Neto Advogados

Por Tiago Severo

Associado ao Pinheiro Neto Advogados

Por Alessandra Carolina Rossi Martins

Associada ao Pinheiro Neto Advogados

Nas últimas duas semanas, as redes sociais e os meios de comunicação nos lembraram do dia 21 de outubro de 2015, data citada na trilogia do filme “De Volta para o Futuro”.

A brincadeira sobre a expectativa em reencontrar Marty Mcfly e ver a sua reação com o futuro nos fez recapitular os últimos anos. E, de fato, muitos foram os acontecimentos entre 26 de outubro de 1985 até hoje.

Mcfly se depararia, portanto, com algumas “modernidades”: a maior empresa de taxis que não possui nenhum veículo: o UBER; a empresa proprietária de mídia mais popular do mundo que não cria um conteúdo sequer: o Facebook; a maior empresa varejista do mundo que não possui nenhum estoque: o Alibaba; a maior empresa de locação do mundo sem possuir nenhum imóvel: o AIRBNB; o jornal especializado no mundo jurídico do Brasil sem nenhuma impressão: o **JOTA**.

No mercado financeiro não seria diferente. Um gigante da indústria nos Estados Unidos da América já emprestou mais 11 bilhões de dólares americanos sem nenhuma agência bancária: o Lending Club.

A evolução tecnológica das plataformas tem transformado o cotidiano e o mundo dos negócios.

Em 2005, por meio do site britânico Zopa nasceu o “peer-to-peer lending” (P2P), que nada mais é do que a concessão de empréstimos online entre pessoas sem o intermédio de uma instituição financeira. O objetivo do negócio é levar a uma população sem conta corrente em um banco (“desbancarizada”) acesso ao crédito de forma mais simples e descomplicada. Os efeitos da tecnologia na economia acabam refletidos no sistema bancário como um todo.

O movimento iniciado em 2005 no Reino Unido chegou aos Estados Unidos da América em 2006, a partir da criação das plataformas Prosper e Lending Club. Em 2009, chegou à China com o China Rapid Finance e no Brasil por meio do Fairplace.

No Brasil, no entanto, a regulação bancária (artigo 17, da Lei no. 4.595/64) e a lei de colarinho branco (artigo 16, da Lei no. 7.492/86) não permitem que exista o modelo de “peer-to-peer lending” puro sem a intermediação de uma instituição financeira. Por conta disso, a plataforma Fairplace teve que parar as suas atividades. Mas esse episódio não atrapalhou o desenvolvimento da atividade no país.

Entre 2013 e 2015, surgiram plataformas como Simplic, Geru e Biva que conseguiram viabilizar um modelo de operação P2P adequado à legislação brasileira.

Estes modelos de negócios são estruturados de forma a compatibilizar a demanda de mercado por empréstimos rápidos e com taxas competitivas e a capacidade de análise de crédito e criação de scores (notas) mais precisos pelas plataformas. Tudo isso em parceria com instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central.

O Brasil apresenta fatores que tendem a fomentar este tipo de negócio. Além de espaço para crescimento tecnológico e uma grande população, dados do Banco Central de 2015 indicam que 39,5% da população brasileira acima de 18 anos, (representando R\$ 665 bilhões em movimentação financeira) não possui conta bancária, mas têm um ou mais celulares e smartphones.

O uso celulares e redes sociais no Brasil vem apresentado crescimento significativo. De acordo com a 10a edição da pesquisa TIC Domicílios, divulgada pela Cetic.br em setembro deste ano, o uso de celulares para acesso a internet triplicou nos últimos três anos, passando de 15% em 2011 para 47% em 2014 e o acesso a rede sociais está entre as principais atividades citadas pelos usuários.

No que diz respeito às operações financeiras, toda essa demanda reprimida acabou se deparando com as regras que proíbem a intermediação financeira não autorizada pelo Banco Central. Afinal, temos jabuticabas!

Por conta disso, desenvolveu-se um modelo de operação P2P verde e

amarela, que é nada mais que uma cooperação entre uma instituição financeira e a plataforma, que atua na qualidade de correspondente bancário. Os empréstimos são solicitados por meio da plataforma, que utilizam recursos financeiros captados por instituição financeira.

Nesse contexto, toma destaque a utilização de modelos de captação que existem no Brasil desde 1966 e permitem a vinculação dos empréstimos concedidos pela instituição financeira a determinadas operações de captação. Um outro modelo utilizado é a concessão de crédito seguida de cessão ou endosso do crédito para um fundo ou empresa de propósito limitado detida por sua vez por pessoas físicas ou jurídicas não financeiras.

A vanguarda da regulação bancária brasileira acabou por permitir a estrutura de operações P2P verde-amarelas que unem a evolução tecnológica com a proteção do mercado do financeiro.

O que Marty Mcfly diria se pousasse no Brasil em 21 de outubro de 2015? Afinal, aqui tem jabuticaba.